

ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS: INCLUSÃO CONTRA O PRECONCEITO.

TEACHING INDIGENOUS HISTORY AND CULTURE: INCLUSION AGAINST PREJUDICE.

Paulo Marreiro dos Santos Júnior

RESUMO

Este artigo foi fruto da pesquisa apresentada na 13ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, no IFAM Campus Presidente Figueiredo, intitulada VII Ciência na Serra, através do PIBIC JR, Edital N° 001/2015. Esta pesquisa avaliou a implementação da Lei n° 11.645/2008, que versa sobre a obrigatoriedade de estudo da História e culturas indígenas, sendo alvos da pesquisa o IFAM Campus Presidente Figueiredo e outras escolas locais. Docentes, discentes e pedagogos foram os segmentos investigados. Foi feita uma análise comparativa entre instituições de ensino locais. Contudo, para fins deste artigo, foram selecionadas apenas os dados referentes ao IFAM. Questionou-se também se havia preconceito e discriminação étnica contra alunos com características fisionômicas indígenas, rotulados coloquialmente como “cabocos”. Foram avaliadas as consequências pedagógicas e no cotidiano da sociabilidade escolar com a implementação da Lei n° 11.645/2008. Indagou-se **as razões históricas para a criação e aplicação da Lei n° 11.645, ou seja, a origem da marginalização, preconceito, discriminação que foram projetadas sobre alunos de caracteres indígenas.** Através de aparatos metodológicos, como a Pesquisa Exploratória, o problema do preconceito tornou-se mais explícito, construindo hipóteses. Mediante levantamento bibliográfico, entrevistas aos segmentos docentes, discentes e pedagogos, construiu-se Estudos de Caso sobre alunos alvos do preconceito étnico. Foram feitas as qualificações de dados quantitativos, resultados de pesquisa de cunho explicativa. O artigo é relevante pela sua proposta de respeito às diferenças, diminuição de preconceitos, amadurecimento dos princípios democráticos e anseio por um país mais justo e menos desigual étnica e socialmente. Outra importância é questionar e minorar a desqualificação decorrente do fenótipo étnico-sociais no cotidiano escolar, possibilitando abordar outros ambientes de dimensões sociais. Como resultados da pesquisa, foram percebidas mudanças de comportamento no universo escolar e social do IFAM, Campus Presidente Figueiredo, com a implementação da pesquisa, com resultados satisfatórios contra o preconceito e marginalização de alunos com características indígenas, ou “cabocas”. A exposição dessa problemática em outros universos acadêmicos e sociais é de máxima importância para trazer à luz a realidade da discriminação étnica que ainda é vivenciada no Brasil. As Instituições de Ensino são fundamentais para o empreendimento da tolerância e do respeito às diferenças.

Palavras – Chave: Racismo; Indígena; Ensino; História; Tolerância.

ABSTRACT

This article was the result of the research presented at the 13th National Science and Technology Week at the IFAM Campus Presidente Figueiredo, entitled VII Ciência na Serra, through PIBIC JR, Public Notice No. 001/2015. This research evaluated the implementation of Law n ° 11.645 / 2008, which deals with the obligatory study of History and indigenous cultures, being the target of the research IFAM Campus Presidente Figueiredo and other local schools. Teachers, students and pedagogues were the segments investigated. A comparative analysis was made between local educational institutions. However, for the purposes of this article, only IFAM data were selected. It was also questioned if there was prejudice and ethnic discrimination against students with indigenous physiognomic characteristics, colloquially labeled as "cabocos". The pedagogical and daily consequences of school sociability were evaluated with the implementation of Law n ° 11.645 / 2008. We inquired about the historical reasons for the creation and application of Law 11.645, that is, the origin of marginalization, prejudice, and discrimination that were projected on students of indigenous characters. Through methodological devices, such as Exploratory Research, the problem of prejudice became more explicit, constructing hypotheses. Through a bibliographical survey, interviews to the teaching segments, students and pedagogues, Case Studies were built on students who are targets of ethnic prejudice. Qualifications of quantitative data, explanatory research results were made. The article is relevant for its proposal of respect for differences, reduction of prejudices, maturing of democratic principles and yearning for a fairer and less ethnically and socially unequal country. Another issue is to question and alleviate the disqualification due to the ethical-social phenotype in the daily school life, making it possible to approach other environments with social dimensions. As a result of the research, changes in behavior in the school and social universe of the IFAM, Presidente Figueiredo Campus, were observed with the implementation of the research, with satisfactory results against prejudice and marginalization of students with indigenous characteristics, or "cabocos". The exposition of this problem in other academic and social universes is of utmost importance in order to bring to light the reality of the ethnic discrimination that is still experienced in Brazil. The Institutions of Education are fundamental for the enterprise of the tolerance and the respect to the differences.

Key words

Racism; Indigenous; Teaching; Story; Tolerance

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo objetivou avaliar quais as consequências pedagógicas e cotidianas na sociabilidade escolar nos segmentos docentes, discentes e pedagogos do IFAM Campus

Presidente Figueiredo, com a implementação da Lei nº 11.645, de março de 2008, que **tornou obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.**

Dos dois segmentos étnicos-sociais que são ressaltados na referida Lei, esta proposta estudou apenas os grupos de alunos identificados com fenótipos indígenas, também alcunhados de “cabocos”. Os alvos da pesquisa foram os discentes frutos da mestiçagem e, por isso, desqualificados, ou seja, aqueles que fisionicamente são rotulados pelas suas tipologias étnicas ameríndias.

Com o mesmo intuito, buscou-se fazer um levantamento histórico das razões locais, de caracteres micro e macroestruturais, que levaram à criação e aplicação da Lei nº 11.645/2008, investigando a origem, no passado e no presente, para marginalizações, preconceitos, discriminações que historicamente são projetadas sobre segmentos sociais de caracteres indígenas e caboclos.

O projeto é relevante pela sua proposta de respeito às diferenças, diminuição de preconceitos, amadurecimento dos princípios democráticos, objetivando um país mais justo e menos desigual étnica e socialmente.

Questionar a marginalização decorrente de preconceitos étnico-sociais no universo micro do cotidiano escolar é abordar ambientes de maiores dimensões, como o universo familiar e social. Através de entrevistas com docentes, discentes, pedagogos e demais análises de cunho pedagógico, escolar e social foram feitos mapeamentos sobre a aplicabilidade da referida Lei, as metodologias de implementação no IFAM Campus Presidente Figueiredo e seu grau de alcance no público-alvo.

Os diagnósticos dos resultados foram adquiridos pelo mecanismo de amostragem. Os dados foram coletados por meio de questionário semifechado que foi aplicado pelo entrevistador. Como principal resultado e contribuição dessa análise, foram avaliadas as consequências da aplicabilidade da Lei 11.645 no IFAM de Presidente Figueiredo – AM, diagnosticando mudanças e permanências nas relações de sociabilidade entre os grupos étnicos-sociais envolvidos na pesquisa: docentes, pedagogos e discentes.

1.1 Preliminares históricas

É consensual o entendimento de que a formação do estado brasileiro ocorreu sob forte coação, opressão e violência contra a população nativa, a principal vítima nesse processo. O aparato colonial da corte lusitana não ofereceu chance aos povos nativos. Prevaleceu a lógica da dominação, escravidão, relação servil ou a simples eliminação dos que resistiram.

Após a Coroa Portuguesa realizar a “limpeza” dos nativos em boa parte da colônia do Brasil, as atenções de Portugal voltaram-se à Amazônia. Na região, houve uma imensa despovoação indígena, com uma redução de cerca de 6 milhões para em torno de 300 mil índios. Com a carta régia e através das decisões do marques de Pombal, foi estabelecida a miscigenação entre índias e portugueses. O objetivo era fazer desaparecer a cultura e os traços indígenas, tão marcantes na região amazônica.

Dessa forma, as mulheres indígenas foram a matriz originária do estado colonial do Grão-Pará e Maranhão. Os seus filhos eram capturados e escravizados (ainda crianças ou jovens), arrancadas do ventre das mães no *habitat* indígena ou nas reduções, aldeamentos, casas-grandes, povoamentos ou nas primeiras vilas e nas cidades.

A incorporação dos indígenas sobreviventes no período colonial foi circunstancial, autoritária e compulsória, a serviço dos ciclos econômicos expansionistas regional ou nacional extrativista, mineiro e agropastoril (açúcar, gado, seringa, etc).

No século XVII, mesmo a Coroa proibindo a captura dos indígenas, nativos eram negociados em leilões ou permutados por mercadorias, através do sistema de captura dos “índios na corda”. Na segunda metade do século XIX a Sua Alteza Real D. Pedro II encomendou ao general José Vieira do Couto de Magalhães um “programa preparatório de aproveitamento do selvagem e do solo por ele ocupado”. Foi promovido, então, o “amansamento” dos nativos. Os povos indígenas após “amansados” e cristianizados seriam “incorporados à civilização” como mão-de-obra barata e treinada para o desempenho de duras tarefas. As suas terras passariam para a posse do estado e dos “civilizados”.

Assim, o indígena e seus descendentes mestiços (considerados indolentes) foram sendo relegados ao estrato mais baixo da sociedade portuguesa na Amazônia, tratados como refugo para fins servis, trabalhos braçais ou nas tropas como linha de frente nas batalhas.

2 Problemática

Apesar do Amazonas ser um estado considerado 'branco e pardo', a sua população majoritária é de indígenas, indíodescendentes e caboclos. Isso causa muita confusão nos censos porque a maioria da população amazonense se identifica com a categoria “parda”, levados pela falta de conceitos demográficos mais específicos e preconceito contra sua origem ameríndia. Além do mais, grande parte do estoque cultural de matriz indígena foi incorporado pela cultura não-índia, especialmente de origem portuguesa, fazendo com que a identidade ameríndia se perca.

No Brasil, é histórica a marginalização, a rejeição e ausência de identificação com indígenas e sua mestiçagem resultante. No Amazonas, esse fato é agravado, considerando que a maior parte da população local possui fenótipo ameríndio. Esses e outros fatores colaboraram para a promulgação da Lei nº 11.645, de março de 2008, objetivando-se **minorar e findar o preconceito historicamente construído.**

No Amazonas, faz-se urgente a ampliação da discussão de temas que se relacionem ao preconceito étnico aos indígenas, indiodescendentes e mestiços caboclos, visto que a maior parte da população tem fenótipo ameríndio.

Este tema era monopolizado pelo campo acadêmico-científico, notadamente antropológico, ou aos movimentos sociais. Contudo, o racismo não deve ficar restrito à academia. Há a necessidade de se ampliar horizontes às escolas da educação básica, tendo em vista que a marginalização, o preconceito, os rótulos e a discriminação étnica que ocorre entre alunos tornou-se um fator de preocupação entre professores e pedagogos.

No Amazonas, rotular um colega de classe de “índio”, já há muito é um jargão pejorativo, uma forma de inferiorizar o outro, uma vez que o indígena e o caboclo são vistos como pessoas desqualificadas, frente a uma sociedade que se vê não-índia. Entre discentes, isso vem se caracterizando como bullying étnico, pois são ofensas cotidianas e crescente na escola.

Quando um indiodescendente ou caboclo passa a ser um elemento marginal na comunidade escolar pelo fato de seu aspecto físico? Quais as mudanças cotidianas através da aplicação da Lei nº11.645/2008? São problemáticas que esta pesquisa busca responder e estimular.

Como visto, são inúmeras as indagações. Os conceitos elaborados no campo social e antropológico, filosófico e pedagógico não dão conta de todas as realidades, especialmente a escolar, momento em que o adolescente está mais propenso a assumir uma identidade ou rejeitá-la por força do grupo.

No entanto, há indagações, aparentemente mais simples, que nem sempre encontram respostas adequadas, visto o tema é quase um tabu no Brasil:

- Como se define qualitativamente um aluno índio, indiodescendente ou caboclo, quando esse é desqualificado intelectualmente pelos seus aspectos físicos?
- **A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, trouxe mudanças relevantes sobre o preconceito ao indígena, indiodescendentes e caboclos?**

Os pequenos questionamentos acima dão a dimensão de quantos oceanos, mares e rios desafiam nosso pensamento, a nossa história, o nosso modo de ver/descrever as coisas, elaborar e reelaborar o nosso pensamento, as nossas tradições no universo de uma sociedade

amazonense majoritariamente mestiças, de traços ameríndios. Mas, que rejeita tais conexões étnicas e históricas.

O que torna essa discussão mais importante é a abertura de um novo campo e uma nova indagação, que sai do pensamento acadêmico-científico, com seus manuais de antropologia e com o abecedário de alguns movimentos sociais, que sobrevivem articulados ao poder político-dirigente ou partidário, que tratam da temática indígena e mestiça. Este artigo visa abrir este campo de discussão na esfera escolar, avaliando seu cotidiano. Convém deixar bem claro que não se pretende desmerecer a contribuição e a importância da ciência e dos cientistas no campo acadêmico indígena e da mestiçagem. Apenas que a abordagem deve se ampliar a uma esfera que ainda não há registros de sua entrada.

3 Material e Métodos

A problemática tornou-se aparente quando foi testemunhado diversos casos de bullying étnico nas turmas da modalidade Integrado. Alvos das pilhérias de seus colegas, alguns alunos eram cotidianamente desqualificados de “índios” pelos seus fenótipos ameríndios ou mestiços. A partir dessa constatação, foram realizados Estudos de Caso com 13 alunos que tinham fisionomia indígena, mediante consenso de seus pares. Através da Pesquisa Exploratória, o problema do preconceito tornou-se mais explícito, construindo hipóteses. Através de levantamento bibliográfico, entrevistas aos segmentos docentes, discentes e pedagogos, construiu-se os Estudos de Caso sobre alunos alvos do preconceito étnico.

Com análise bibliográfica sobre preconceito étnico no Amazonas, análise documental (Lei 11.645 e planos de ensino escolares), do método dedutivo (do geral para particular), entrevistas a alunos, professores e pedagogos envolvidos, a problemática se tornou mais evidente. Com a aplicação de questionário, foram obtidos percentuais que serviram de base por amostragem.

Como resultados de pesquisa de cunho explicativa, lançou-se mão do quantitativismo (com dados representados por linguagem matemática) e qualitativamente (mediante dados interpretados, compreendendo os fenômenos amplos e complexos de natureza subjetiva).

Para coleta de informações optou-se pela realização de entrevista semiestruturada, por considerar que permite uma certa organização dos questionamentos, ao mesmo tempo em que pode ser ampliada à medida em que as informações vão sendo fornecidas.

Participaram dessa pesquisa três grupos: alunos, professores que ministraram disciplinas que envolvem a Lei 11.645 e coordenadores pedagógicos.

4 Resultado e Discussão

Nenhum membro dos grupos entrevistados se auto declararam índios, caboclos, mulatos ou mestiços. Mesmo sendo identificados por outros grupos étnicos com tais características, não houve uma auto identificação. Como consequência surgiu a problemática: quais razões levaram esses entrevistados a se identificarem como BRANCOS ou PARDOS apenas?

Foram entrevistados quatro professores, um pedagogo e treze alunos, estes eram da faixa etária entre 15 a 16 anos, majoritariamente masculino. Independente de SEXO e/ou CLASSE SOCIAL, houve a recusa em se assemelhar a indígenas, caboclos, índio–descendentes e mestiços. Foi detectado que o IFAM Campus Presidente Figueiredo não trata sobre o assunto PRECONCEITO ÉTNICO ou não o trata adequadamente de forma sistematizada.

De todos os segmentos entrevistados, 0% declararam-se índio, caboclo, mestiço e mulato; 8% declararam-se branco; 92% declararam-se pardos.

Quando perguntado aos alunos entrevistados se eles já tinham sido comparados fisionomicamente com indígenas e/ou caboclos, 71% respondeu que “sim” e 29% afirmaram que “não”. Desses, 0% responderam que se sentiram ofendidos quando foram alvos de comparações étnicas. Porém, 31% recusaram-se a responder a pergunta.

Os discentes quando questionados sobre a cultura indígenas, 8% declararam-na “inferior”. Quanto à fisionomia ameríndia, 23% afirmaram que era “bonita” e 77% declararam-na “diferente”.

Perguntados se havia preconceito ao indígena e caboclo em sua escola, 8% dos alunos confirmaram e 92% negaram. Contudo, 62% afirmaram que existe preconceito, mas não é declarado ou é ignorado. Quando indagados se era uma ofensa serem comparados a indígenas ou caboclos, 15% responderam “sim” e 85% “não”. Todavia, 50% exigiram punições severas contra o “bullying étnico”, outros 50% solicitaram campanhas e palestras contra essa modalidade de “ofensa cotidianas”.

Os alunos entrevistados reconheceram que existe o preconceito racial no IFAM. Porém, não é declarado. Parte dos alunos sentiram-se ofendidos por comparações fisionômicas a indígenas ou caboclos. Metade dos alunos entrevistados optou pela punição disciplinar aos racistas. Isso leva a crer que se sentiram gravemente ofendidos.

No IFAM de Presidente Figueiredo, 58% afirmaram que o preconceito étnico não é tratado formalmente na escola. Logo, a Lei nº 11.645/2008 não foi implementada no Campus. Os índices revelam que os alunos do IFAM não consideram a fisionomia indígena e cabocla como impeditivo para a inserção ou crescimento no mundo do trabalho, especialmente o intelectual.

Foi atestado que no IFAM Campus Presidente Figueiredo, os docentes não aplicam a Lei nº 11.645/2008 em suas aulas. Não há orientações pedagógicas sobre a referida Lei. Os pedagogos não atestam evidências de preconceito étnico na escola. Há divergências entre docentes, discentes e pedagogos quanto à existência de bullying étnico na instituição. Professores e pedagogos não percebem mudanças de comportamento dos alunos no que tange ao preconceito étnico.

Contudo, todos concordam que a questão RACISMO deve ser tratada formalmente na escola. Mesmo com tais constatações, os docentes não produzem aulas ou projetos escolares sobre o tema RACISMO e nem são orientados pelo setor pedagógico a propósito do tema.

Em análise ao setor pedagógico, averiguou-se que no IFAM Campus Presidente Figueiredo a diversidade cultural é tratada como folclore, o docente reproduz o livro didático, o racismo é mera temática do currículo, não havendo interferência reflexiva. Há poucas bibliografias sobre o tema na biblioteca.

Dessa forma, faz-se necessário que a temática seja mais profundamente abordada no IFAM de Presidente Figueiredo, não de forma panfletária, mas pedagógica, na busca da transformação social. Mesmo com tais deficiências, foi confirmado pelos alunos entrevistados que a aplicação do projeto e o envolvimento de outros discentes trouxe resultados satisfatórios em favor da tolerância. A partir daí, os rótulos e pilherias de cunho étnico diminuíram consideravelmente.

5 Conclusão

Um dos empenhos deste artigo foi incentivar mudanças de comportamento no universo escolar e social, quanto ao preconceito e marginalização de alunos com fenótipos indígenas e caboclos. A exposição da problemática em outros universos acadêmicos e sociais é de máxima importância para trazer à luz a realidade do preconceito étnico que ainda é vivenciado no Brasil.

Assim, o papel das Instituições de Ensino é fundamental para o empreendimento da tolerância e do respeito às diferenças. Pois, como afirmou Márcio Mucedula Aguiar,

“A educação é fator primordial no combate ao racismo e à discriminação. E com essa perspectiva, a escola se apresenta como um espaço vital para a discussão do racismo e par potencializar ações que visem à conscientização sobre a igualdade subjacente às cores, às raças. Assim, o aprimoramento de discussões relacionadas ao racismo, bem como o debate franco sobre essas questões, é fator imprescindível e um desafio para a prática docente em sala de aula”. (Aguiar. In: RODRIGUES FILHO, 2011, p. 43).

6 Referências

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Orgs.). **Sociedades Caboclas Amazônicas**. Modernidade e invisibilidade. São Paulo: FAPESP, 2002.

AGUIAR, Márcio Mucedula. *Desafios da Prática docente na construção de uma educação antirracista*. In: RODRIGUES FILHO, Guimes; PERÓN, Cristina Mary Ribeiro. *Racismo e Educação*. Uberlândia: EDUFU, 2011.

BENCHIMOL, Samuel – 1923. *Amazônia – Formação Social e Cultural*. Manaus: Editora Valer / EDUA, 1999.

BENCHIMOL, Samuel. Manaus. O crescimento de uma cidade no Vale Amazônico. In: Revista do INPA Raízes da Amazônia, ano I. V. 1, n. 1, Manaus: INPA, 2005, 135 – 159.

COSTA, Hideraldo Lima da. Amazônia: paraíso dos naturalistas. *Amazônia em Cadernos*, Manaus, n. 6, p. 229-270, jan./dez.2000. LIMA, Araújo. *Amazônia. A terra e o Homem*. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.

LIMA, Deborah de Magalhães. A Construção Histórica do Termo Caboclo. Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA* Vol. 2, n. 2, dezembro 1999. Disponível em «<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/107/365>».

LIMA, Nísia Trindade & HOCHMAN, Gilberto. *Condenado pela Raça, Absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República*. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

MARTINS, Luiz Carlos. O Norte Apagado: Algumas Formas de Materialização Discursiva do Silenciamento do Indígena e do Caboclo da Amazônia Brasileira. Simpósio “Discurso” do II Seminário de Análise de Discurso, novembro de 2005, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em « http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no2/norteapagado_luizcarlos.pdf ».

MELO, Lucilene Ferreira de; PINTO, Renan Freitas. O Migrante rural e a reconstrução da identidade do imaginário na cidade. In: OLIVEIRA, José Aldemir.